



## A radiodifusão pública nas biografias de Reith, Roquette-Pinto e Bucci

Luciana Paula Bonetti Silva<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho traça uma biografia comparada de três intelectuais que fazem parte da história da radiofonia pública: John Reith, da BBC de Londres; Edgar Roquette Pinto, da Rádio Sociedade; e o contemporâneo Eugênio Bucci, último presidente da Radiobrás. A análise documental parte do corpus: biografia de John Reith, no site da BBC de Londres; biografia de Roquette-Pinto recém lançada por seu neto Cláudio Bojunga “Roquette-Pinto — o corpo a corpo com o Brasil” e o relato autobiográfico “Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito a informação” de Eugênio Bucci. Aborda-se dados biográficos para entender o desenvolvimento da radiodifusão brasileira e inglesa em diferentes contextos, tomando o conceito de intelectual orgânico como referência de análise.

**Palavras-chave:** Biografia; Intelectual; Radiodifusão; Gramsci; Comunicação

Apresentamos neste artigo uma biografia comparada de três intelectuais que fazem parte da história da radiofonia pública: John Reith, da BBC de Londres; Edgar Roquette Pinto, da Rádio Sociedade; e o contemporâneo Eugênio Bucci, último presidente da Radiobrás. Além de abordar dados biográficos, tomamos o conceito de intelectual orgânico como referência de análise.

O que elencamos sobre os três perfis de profissionais e intelectuais do rádio é a relação que eles guardam com o que Antônio Gramsci chamou de novo intelectual, ou intelectual orgânico. A relação destes intelectuais com o mundo seria, nas palavras do autor, “mediatizada”, de maneira que os intelectuais atuariam – ao contrário dos intelectuais ditos puros – como funcionários de superestruturas como as da sociedade civil ou setor privado, e a da sociedade política ou Estado.

As biografias de John Reith, Edgar Roquette-Pinto e Eugênio Bucci são enunciadas assim na busca da história da radiodifusão pública. Os dados biográficos que mais nos interessam neste estudo são: formação; perfil profissional; pensamento; atuação na radiodifusão pública. Traça-se então um paralelo entre a história da BBC, da Rádio Sociedade e da Radiobrás/EBC através dos intelectuais que pensaram e atuaram nas mesmas.

Assim, nosso objetivo geral é elencar as proximidades e diferenças entre a trajetória da radiodifusão pública no Brasil em diferentes momentos históricos e em relação com o modelo da BBC a partir da trajetória dos intelectuais que foram pioneiros nestes setores. Para tal, traçamos como

---

<sup>1</sup>Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: lucipbs@gmail.com



objetivos específicos: comparar as trajetórias de formação destes intelectuais; comparar o pensamento deles sobre radiodifusão pública a partir de seus escritos e de suas atuações; entender e dimensionar o impacto e a influência da atuação e do pensamento destes intelectuais na radiodifusão pública brasileira e inglesa.

O corpus da pesquisa documental é composto por diversas naturezas de narrativa biográfica. Sobre John Reith, tomamos por fonte o memorial institucional que consta no site da BBC de Londres, na seção *Culture*, da aba *Research*. Para dados sobre a vida de Edgar Roquette-Pinto, consultamos a recém lançada biografia *Roquette-Pinto — o corpo a corpo com o Brasil*, escrita por seu neto Cláudio Bojunga. Por fim, as informações sobre Eugênio Bucci aqui elencadas se centram na análise de seu relato autobiográfico no livro *Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito a informação*. Além do conceito gramsciniano de intelectual orgânico, foram importantes para este trabalho as obras *Uma História Social da Mídia: de Gutemberg à Internet*, de Asa Briggs e Peter Burke e *A Programação das Rádios Públicas Brasileiras*, de Valci Regina Mousquer Zuculoto.

### **O modelo reithiano**

O início da radiodifusão no mundo é marcado pelo radioamadorismo e pelo uso militar do meio. Segundo Burke e Briggs (2004), em 1912 havia 122 clubes de transmissão sem fio nos Estados Unidos. Sobre a expansão da radiotransmissão, os autores salientam que, tanto para a Grã-Bretanha quanto para os Estados Unidos, o ano de 1922 aparece como o da transição entre o radioamadorismo para a radiotransmissão via grandes emissoras. Os pesquisadores comparam o modelo britânico de rádio da BBC com o dos Estados Unidos e demais países europeus nas primeiras décadas do século XX. Enquanto em Londres, o correio britânico estabeleceu o monopólio com a British Broadcasting Corporation (BBC), David Sarnoff, nos Estados Unidos, mobilizou comerciantes e fabricantes de rádio, já que acreditava que a própria indústria é quem deveria patrocinar as emissoras, pois ao contrário venderiam ao público “*um refrigerador sem gelo*” (BRIGGS; BURKE, 2016, p.197).

Neste momento, então, temos em voga sistemas comerciais e estatais, um voltado à conquista da audiência por meio de programas de “variedades” e outro por meio de programas “educativos”. Burke e Briggs (2004) trazem ainda que, no período anterior a 1945, temos os modelos da programação propagandista italiana, marxista-leninista russa, nazista alemã e a francesa, que assim como a britânica estava interligada aos serviços de correios, mas que por sua vez, não formava um



monopólio, competindo com mais treze emissoras no país. Uma alternativa ao controle comercial e governamental da programação seria o da BBC de Londres.

Algumas eram comerciais; outras, controladas pelo governo; outras, ainda, como a BBC, moldada por John Reith (1889-1971), não eram comerciais e nem controladas pelo governo. Reith foi o primeiro gerente-geral da British Broadcastig Company e a partir de 1927 o primeiro diretor-geral da British Broadcasting Corporation, uma nova forma de instituição de radiodifusão, teve um adjetivo inspirado em seu nome, 'reithiano': para ele, "serviço público" significava o poder de operar a radio difusão com autonomia em relação ao governo. A nova BBC operava sob uma carta régia e não sob uma lei do Parlamento. (BRIGGS; BURKE, 2016, p. 202)

De maneira que nos cabe refletir sobre quem foi John Reith e qual seu papel na história da radiodifusão britânica. John Reith nasceu em 1889, na cidade de Kincardineshires, sendo criado em Glasgow na Escócia. Tornou-se o responsável pela programação da BBC desde a sua fundação em 1922 até 1938. Filho de um ministro da Igreja Livre da Escócia, hoje chamada União da Igreja Livre da Escócia, com a filha de um investidor da bolsa de Londres, John foi o caçula de 6 irmãos.

Influenciado pelo pai a tornar-se engenheiro, veio a trabalhar na Hyde Park Locomotive Works. O site da BBC não traz detalhes sobre onde ele teria estudado e que tipo de curso teria frequentado. Mas foi no de 1922 que começou a vida burocrática de Reith: [...] *quando ele viu um anúncio no The Morning Post para gerente geral da British Broadcasting Company. A empresa estava sendo criada por um consórcio de fabricantes de rádio britânicas para produzir programas que podiam ser ouvidos em seus sets sem fio.* (Consulta ao site da BBC, acesso em 25/10/2012 – tradução livre)

Ele teria então enviado seu currículo, vindo a ser aceito para o cargo. No posto de engenheiro-chefe assumiu Peter Eckersley, que no momento estava trabalhando para Guglielmo Marconi. Em sua trajetória na BBC foi, num primeiro momento, reconhecido pela destreza em conseguir anúncios comerciais rentáveis para a empresa, ainda que posteriormente tenha ele mesmo elaborado a proposta de torná-la pública, o que ocorreu em 1926. A defesa da rádio enquanto pública também é uma bandeira de Roquette-Pinto como veremos adiante, que assim manteve a Rádio Sociedade, vindo a doá-la para o Estado quando a mesma não se mostrou economicamente viável.

O lema de Reith para pensar a programação do rádio, inspirado no pioneiro do rádio nos Estados Unidos David Sarnof, se baseava na expressão "entreter, informar e educar". Deixou de atuar na empresa em 1938, acusado de demonstrar simpatia por líderes como Mussolini e Hitler, segundo o site da BBC. Depois disso veio a escrever sua autobiografia em dois volumes, *Into the Wind*, em 1956, e *Wearing Spurs*, em 1966. Sobre a sua trajetória e a sua fama de *workaholic*, podemos pensar na questão da moral do trabalho dentro do pensamento presbiteriano e relacioná-la com alguns



apontamentos de Gramsci sobre os intelectuais orgânicos. Se para Gramsci (2010) o intelectual tradicional é aquele inteiramente voltado para trabalho intelectual como na filosofia e na arte, existe também a produção de intelectuais que agem como especialistas, que atuam de fato no setor privado ou público exercendo cargos administrativos e burocráticos.

### **A educação pelo ar**

No Brasil, por sua vez, elencamos o exemplo do carioca Edgar Roquette-Pinto, contemporâneo a Jonh Reith, que nasceu na então capital do país em 1884. Devido a separação dos pais em 1888, foi criado na fazenda Bela Fama, do avô João Roquette Carneiro de Mendonça, no interior de Minas Gerais. Lá foi alfabetizado a partir dos 4 anos por Gabriela Queiroga, filha do poeta João Queiroga. Com ela Edgard recebia aulas de leitura, tomando como a cartilha os textos de Leão VIII no *Jornal do Commercio*, e também aulas de francês. Mas seu primeiro preceptor foi Levindo Castro de LaFayette, que viveu três anos na fazenda e se dedicou a ensinar-lhe latim, italiano, língua portuguesa, história, geografia, filosofia e teologia. Também na propriedade cafeicultora, Roquette-Pinto teve aulas de piano.

Quando a crise do café comprometeu os rendimentos da família, todos mudaram-se para a capital onde seu avô conseguiu, com a ajuda de um amigo senador, a administração de um cartório. Então aos 12 anos, Edgard inicia seus estudos em Humanidades no Externato Aquino, onde lecionaram nomes como Benjamin Constant e Alfredo de Escaragnolle Taunay. Também foram alunos da instituição Euclides da Cunha, José do Patrocínio, Olegário Maciel e Augusto Brant Paes Leme.

Durante este período de sua adolescência e juventude, frequentavam a casa de seu avô, para uma roda semanal de intelectuais, seu antigo preceptor Levindo de Castro de LaFayette e Silva Ramos, ambos espiritualistas com quem Edgard alegava não compactuar. Aos 15 anos, Edgard terminou os estudos secundários. Aconselhado pelo clínico e biólogo Francisco de Castro, acaba desistindo das Humanidades e ingressa na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se forma em 1905.

Entre os pensadores da época, nutre admiração por Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, ainda que com ressalvas. “[...] *O erro de Euclides foi haver considerado inferior gente que só era atrasada, e incapazes, homens que só eram ignorantes*” (BOJUNGA, 2017, p.68). Outros brasileiros a quem ele tinha apreço intelectual foram Alberto Torres (1865-1917) e Manuel Bomfim (1868-1932). “*A afinidade de Roquette e Bomfim, que se tornarão amigos, se alicerçava na crença da emancipação*



*pela educação pública; no esforço para a construção de uma sociedade democrática, na certeza da origem colonialista dos preconceitos de raça e na defesa da miscigenação como fator positivo.*” (BOJUNGA, 2017, p. 81). Entre os pensadores estrangeiros que mais lhe causam admiração estavam Johannes Kepler, William Shakespeare, Augusto Comte e Jean Racine.

O contato com a antropologia começou quando Roquette-Pinto passou a trabalhar no Museu Nacional em 1906. Quatro anos depois ele reuniria pesquisadores no Museu para o estudo das características físicas, psicológicas e sociais da população brasileira. Como resultado destas investigações, seu trabalho sobre eugenia negava as teorias raciais que condenavam a população brasileira por sua origem mestiça, indígena e africana. Ao contrário, Roquette-Pinto defendia uma perspectiva de eugenia positiva. A vocação para a antropologia se aprofundou quando ele conheceu o tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon e o acompanhou a Serra Negra, Mato Grosso. Na missão teve contato com os Nhambiquaras. O livro *Rondônia*, decorrente de seu trabalho como etnólogo, rendeu-lhe uma cadeira na Academia Brasileira de Letras.

Estas experiências marcaram sua vida e impactaram na sua concepção de radiodifusão. “*Em seu caderno de campo, ele anotou: ‘lutar contra a distância deve ser o grito nacional. Ela é a inimiga da nossa prosperidade, da nossa força, da nossa cultura moral.’*” (BOJUNGA, 2017, p.193) O homem obcecado por rios e estradas, conheceu o rádio através do experimento Le-Fèvre, de Reins, durante a inauguração das estações radiotelefônicas do Corcovado (SPC) e Praia Vermelha (SPE), durante as festividades pelo centenário da Independência do Brasil em 1922.

Quando, por meio de um aparelho telefônico desmontado, ouviu a voz do operador que vinha da estação do Corcovado, o antropólogo teve a seguinte reação. “Na minha sala havia um mapa do Brasil. Meus olhos se cravaram naquela imensidade de terra, enquanto aquela voz longe dizia coisas e depressa passou no meu pensamento essa ideia: como é que a gente não aproveita isso para levar o pensamento por essa extensão de terra, levando essa gente toda que está morrendo por aí afora de ignorância?” (BOJUNGA, 2017, p. 197)

Na época havia uma legislação que proibia a prática da telefonia sem fios (STF) por questões de segurança nacional. Por isso, quando os membros da Academia Brasileira de Ciências fundaram, no dia 23 de abril de 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro este foi também um ato de transgressão. O primeiro foi composto por professores e cientistas, entre os quais, além de Roquette-Pinto, estava o ministro Francisco Sá, como presidente de honra. Naquela primeira transmissão, Roquette-Pinto anunciava que o Brasil receberia “*livremente o conforto moral da ciência e da arte pelo milagre das ondas misteriosas que transportam, silenciosamente no espaço, as harmonias*” (BOJUNGA, 2017, p. 201). Com a ajuda do ministro o regulamento que proibia que as pessoas



tivessem um receptor de galena foi revisto. De maneira que no dia 11 de maio daquele ano foi ao ar a primeira transmissão “legal” da Rádio Sociedade. Foram lidos um conto de Roquette-Pinto, um conto de Monteiro Lobato e uma página de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Até 1925, a programação da rádio não era regular, mas já havia pelas manhãs a leitura das principais notícias feitas pelo próprio Roquette-Pinto, que também comentava e contextualizava em suas palavras as notícias lidas. A partir deste ano, porém, o conteúdo noticioso ganha também o espaço do meio-dia, tarde e noite além do Jornal da Manhã. Os demais horários eram ocupados com programação com números musicais (discos de música clássica, amigos que tocavam piano e cantavam) matéria instrutiva (cursos de biologia, fisiologia, geografia e línguas), ao que parece coadunar com o lema de Reith “Entreter, informar e educar”. Neste tempo, a Rádio recebeu as visitas de cientistas estrangeiros como Albert Einstein, Paul Langevin e Marie Curie. “*Einstein deixou por escrito seu aplauso: ‘Após minha visita a esta Rádio Sociedade, não posso deixar de, mais uma vez, admirar os esplêndidos resultados a que chegou a ciência aliada à técnica, permitindo aos que vivem isolados os melhores frutos da civilização’*” (BOJUNGA, 2017, p. 203). Roquette-Pinto tinha como ideais de rádio e programação radiofônica pública:

‘O rádio é a escola dos que não têm escola. É o jornal dos que não sabem ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças, o consolador dos enfermos e o guia dos sãos – desde que o realizem com espírito altruísta e elevado.’ [...] Uma emissora pública teria de estar voltada para as necessidades do cidadão, não das empresas ou do governo. Roquette conhecia o caminho da independência: tanto em relação ao oficialismo quanto à comercialização e o consumismo. (BOJUNGA, 2017, p. 204-205)

Com o Estado Novo, na década de 30, os reclames passaram a ser autorizados no rádio o que permitiu a expansão do meio através do sistema comercial. Em dezembro de 1933, Roquette-Pinto é convidado a assumir a Seção de Museus e de Radiodifusão. Já no novo posto, em janeiro de 1934, ele inaugura a Rádio Escola Municipal com funcionários e equipamentos da Rádio Sociedade. Em 1936, incapaz de se adequar às novas exigências técnicas, Roquette-Pinto doa a Rádio Sociedade ao Ministério da Educação e da Cultura, o que marca o nascimento da Rádio MEC. Havia o acordo de que a programação não seria alterada em seu caráter público e educativo. Mas quando Juscelino Kubitschek inaugura Brasília e transfere para lá a rádio, os herdeiros de Roquette-Pinto entram com um *habeas corpus* para impedir que transmissões de sessões plenárias e atividades parlamentares em geral fossem transmitidas.

Para Zuculoto (2012), esta fase do rádio em que se deu a atuação marcante de Roquette-Pinto, entre os anos 20 e 40, é a primeira fase da radiofonia pública brasileira, marcada pelo pioneirismo em



direção a um sistema educativo. Entre as décadas de 40 e 70, a autora evidencia o desenvolvimento do sistema educativo, com a Rádio MEC como exemplo de rádio educativo para as demais, com a rádio comercial em plena Era de Ouro, com a estatização da Rádio Nacional e com a criação de rádios universitárias como a da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1957. Entre os anos 70 e 80 a autora enuncia que a Radiodifusão pública entraria em sua terceira fase, a Era de Ouro da Rádio Educativa. Com a intensificação das políticas de incremento da radiodifusão pelos militares e de projetos grandes de educação não formal pelo rádio, como o projeto Minerva. Já nos anos 90, na quarta fase da radiodifusão pública, houve uma explosão das rádios educativas e universitárias, e as próprias emissoras passaram a se autodenominar públicas. A quinta e última fase apontada pela autora, seria a partir dos anos 2000, marcada pela busca por Sistema Público de Rádio, inclusive com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável por gerir a radiodifusão pública. Mas antes de que fosse instituída, ainda no âmbito da Radiobrás, estatal de comunicação criada em 1975 pelos militares, anunciaram-se mudanças que apontam para a defesa da comunicação pública. Para entender este contexto, elencamos a seguir a trajetória do último presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci.

### **Radiodifusão e cidadania**

A dimensão pública da comunicação em detrimento do relato sobre as atividades burocráticas do Estado foi uma premissa de Eugênio Bucci, presidente da empresa de comunicação estatal Radiobrás entre 2003 e 2007. Paulista de Orlandia, nasceu em 1958, filho de um advogado procurador do Estado com uma professora de português. Em sua juventude, ao contrário de Reith e Roquette-Pinto, pôde ter acesso a uma formação específica no curso de Comunicação da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Dois anos depois de seu ingresso em 1978, começou a cursar concomitantemente o curso de Direito no Largo São Francisco, também na USP. Durante a vida acadêmica, envolveu-se com o movimento estudantil, vindo a ter seu primeiro contato com o Partido dos Trabalhadores, no qual assumiu a edição da revista *Teoria & Debate*.

Exerceu várias funções como colunista e editor para veículos como Editora Abril e os jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. Nos anos 1990, iniciou sua pós-graduação e publicou diversos livros. Em 2003, assumiu a presidência da Radiobrás, permanecendo na empresa até meados de 2007, sua trajetória na estatal foi por registrada na obra *Em Brasília, 19 horas, de 2008*, com uma



narração autobiográfica da sua atuação como gestor. Atualmente, é professor de Comunicação Social na ECA USP.

Em seu livro, Bucci narra que já em 2002, em conversa com o então futuro ministro da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, posicionava-se contra a ação dos governos que se utilizavam da máquina pública para autopromoção, que ao contrário, defendia que fosse atendido o “direito” do cidadão a informação. Em suas palavras afirmou, *“havia anos que eu insistia nessa tese: assim como a educação, a moradia, a saúde e o trabalho, a informação também era um direito fundamental”* (BUCCI, 2008, p.17).

Para compreendermos melhor as suas concepções e projetos para a Radiobrás trazemos aqui a transcrição literal do seu discurso de posse no dia 2 de janeiro de 2003:

A ética da informação e a ética do jornalismo são inseparáveis da ética republicana que deve governar cada instituição da nossa democracia e do nosso país. Não há contradição, ao contrário, há uma complementariedade necessária entre a ideia radical de democracia e a ideia de direito à informação. Há com frequência um equívoco, e esse equívoco é o de achar que nós pomos no ar as informações que nos interessam e ponto. Isso é um equívoco, porque quando as informações que nos interessam não correspondem às necessidades do cidadão a credibilidade começa a ser ferida. Portanto, as informações que nos interessam veicular são as informações a que o cidadão tem direito. Isso é a construção da credibilidade. Quem está no topo de todo este trabalho é o cidadão. É aquele que muitas vezes não exige porque não sabe que pode exigir. E o nosso trabalho é ensiná-lo sobre isso, é ensiná-lo sobre o que ele pode exigir. (BUCCI, 2008, p 17-18)

Cabe-nos questionar então, quais as informações que correspondem às necessidades dos cidadãos? Para Bucci (2008), o trabalho da Radiobrás passa a ser o de “ensinar” direitos, diferentemente do uso do Governo dos meios de comunicação públicos. O autor cita um caso que ocorreu em 2000 quando o Ministro Andrea Matarazzo, da Secretaria de Comunicação Social, vetou a participação de João Pedro Stédile, dirigente do Movimento dos Sem Terra (MST), no programa Opinião Nacional produzido pela TV Cultura de São Paulo e a TVE do Rio de Janeiro. Este corte teria afetado todas as emissoras, entre elas a Radiobrás, que retransmitiam o sinal do programa feito então pela TVE.

Naquela ocasião, a empresa não se pronunciou publicamente sobre o assunto. Para Bucci (2008), este episódio seria uma característica do uso da radiodifusão no Brasil, seja ela pública ou comercial, sendo que esta segunda, seria ainda mais afetada por esta cultura, através do compadrio entre empresários e políticos na obtenção das concessões públicas da radiodifusão.





Declarando-se contrário a esta prática, defendia ainda que a Radiobrás estivesse incumbida por lei de noticiar sim “*os atos do governo, entre outros acontecimentos de interesse geral*” (BUCCI, 2008, p.30):

Para nós ela deveria apenas informar, sem omitir fatos relevantes nem fazer propaganda, pois a mesma lei não incumbia à Radiobrás as funções de assessoria de imprensa, de porta-voz, de publicidade governamental – essas funções pertenciam diretamente à Presidência da República e às suas secretarias. No mais, a Radiobrás, sendo uma estatal, estava obrigada aos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade, que vedavam qualquer desvio partidário ou governista. (BUCCI, 2008, p. 30)

Como novo presidente da estatal, Eugênio teria priorizado uma série de medidas para que a mesma atingisse os padrões que ele prezava como referência para uma empresa pública. Entre tais medidas implementadas encontra-se a contratação do jornalista Henri Cobata para trabalhar na área de recursos humanos da empresa. Para estruturar um plano estratégico, foi contratado o suporte da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e, em três dias de trabalho, foram definidos a missão e os objetivos da empresa. A missão ficou assim definida depois desta reestruturação: [...] *somos uma empresa pública de comunicação; buscamos e veiculamos com objetividade informações sobre o Governo, Estado e Vida Nacional; trabalhamos para universalizar o acesso à informação, direito fundamental para o exercício da cidadania* [...]. (BUCCI, 2008, p. 102) Ressaltamos entre os também reformulados valores da empresa o “[...] *respeito à cidadania, ao assumir um compromisso permanente com a universalização do direito à informação, por meio de canal direto com o público* [...]” (BUCCI, 2008, p.103). Aqui, mais uma vez, constatamos o discurso sobre a cidadania e o uso dos meios públicos de radiodifusão a fim de se universalizar o acesso à informação.

Além desta reformulação do texto da missão e valores da empresa, uma estratégia utilizada por Bucci foi a formação de Grupos de Trabalho. Somando dezessete grupos ao todo e reunindo 1050 funcionários que deveriam se basear na missão e nos valores já estabelecidos para desenvolver planos específicos para áreas que o autor chamou de “mal resolvidas”. As prioridades estabelecidas aos grupos seriam “*melhorar o conteúdo jornalístico; aprimorar o desenvolvimento profissional e pessoal; potencializar a capacidade de transmissão; cortar custos e administrá-los racionalmente; buscar novas receitas*” (BUCCI, 2008, p. 104).

Foram organizados dezessete Grupos de Trabalho, entre os quais, um se dedicava à reformulação do programa *A Voz do Brasil*. A partir do mês de junho de 2003, o próprio Eugênio Bucci passou a compor este grupo. Sobre as novas diretrizes ele defendeu:

O proselitismo seria banido, até onde fôssemos capazes de bani-lo. Notícias boas ou ruins teriam lugar na pauta, desde que tivessem relação com a esfera do



Executivo. Para tornar o texto compreensível, criamos a figura de um comentarista-explicador que, em vez de emitir opinião, dava o contexto, repetia o que havia de essencial na notícia, detalhava o sentido e a utilidade da informação para o ouvinte. (BUCCI, 2008, p.158)

Ressaltamos a reformulação deste programa porque é um dos exemplos mais sintomáticos desta tentativa de pautar a produção da Radiobrás por princípios da comunicação pública em detrimento da estatal. A garantia de imparcialidade, a preocupação com o caráter instrutivo através do “comentarista-explicador”, os valores que Bucci defende como radiodifusão pública coadunam com aqueles de Reith e Roquette-Pinto por também se basearem na independência e autonomia de produção em relação ao Governo, ao não financiamento comercial e ao caráter eminentemente informativo e instrutivo do rádio.

### Considerações finais

O que podemos analisar sobre os três perfis destes profissionais e intelectuais do rádio é a relação que eles guardam com a emergência, no caso de Reith e até Roquette-Pinto, e consolidação, no caso de Bucci, do que o pensador marxista italiano Antônio Gramsci chamou de novo intelectual, ou intelectual orgânico. Sobre esta definição, trazemos à tona este excerto dos *Cadernos do Cárcere*:

O tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é dado pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso, os jornalistas – que acreditam ser literatos, filósofos, artistas – creem também ser os verdadeiros intelectuais. No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo desqualificado, deve se constituir a base do novo intelectual [...] O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentânea dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanentemente’, já que não apenas orador-puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanística histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político). (GRAMSCI, 2010, p.53)

Para Gramsci, as camadas intelectuais são elaboradas segundo processos históricos concretos, ainda que de acordo com pressupostos democráticos abstratos. Ou seja, haverá camadas que produzirão intelectuais, sejam urbanos ou fundiários. A relação destes intelectuais com o mundo seria, nas palavras do autor, “mediatizada”, de maneira que os intelectuais atuariam como funcionários de superestruturas como as da sociedade civil, ou setor privado, e a da sociedade política ou Estado. Assim, haveria um consenso espontâneo pelas massas garantindo a legitimidade deste grupo dominante pelo prestígio de sua posição e função no mundo da produção. Cabendo então a coerção



estatal assegurar a disciplina dos grupos subalternos quando não houver tal consenso espontâneo.

Ainda sobre esta definição o autor enuncia:

[...] no aparelho da direção social e estatal existe toda uma série de empregos de caráter manual e instrumental (de ordem e não de conceito, de agente e não de oficial ou funcionário, etc.), mas, evidentemente, é preciso fazer esta distinção [...] no mais alto grau, devem ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc; no mais baixo, os mais modestos “administradores” e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada. (GRAMSCI, 2010, p. 21)

Esta definição parece de fato descrever precisamente o caso de Reith, e também abarca os exemplos de Roquette-Pinto e Eugênio Bucci, se os pensarmos em sua atuação enquanto profissionais do Rádio. No entanto, estes últimos além de atuarem enquanto administradores e divulgadores da riqueza intelectual já existente, também foram importantes nomes dentro das ciências que estudaram, e neste sentido não se adéquam tão bem à definição gramsciana. Ainda sobre o conceito de intelectual, Gramsci ressalta que se há um intelectual, não é concebível pensar o não-intelectual, já que toda atividade requer um trabalho intelectual, mas nem todas as atividades possuem uma função social diretamente relacionada à mesma.

De forma que a formação do que ele chamou de “massas intelectuais” estaria mais relacionada a uma necessidade política do dito grupo dominante que uma necessidade social da produção. É interessante pensarmos como os três intelectuais tentaram enfrentar esta tendência e não deixar com que o Rádio fosse utilizado em prol de um grupo dominante, mas sim em favor da educação de toda uma massa, o que para eles seria um caminho para emancipá-la. E ainda podemos destacar a questão do direito a informação, o que para Bucci será desdobrado como um direito mesmo a cidadania.

Com este artigo buscamos elencar as proximidades e diferenças entre a trajetória da radiodifusão pública no Brasil em diferentes momentos históricos e em relação com o modelo da BBC a partir da trajetória dos intelectuais que foram pioneiros nestes setores. Ao compararmos as trajetórias de formação destes intelectuais e o pensamento deles sobre radiodifusão pública a partir de seus escritos e de suas atuações, buscamos entender e dimensionar o impacto e a influência da atuação e do pensamento dos mesmos na radiodifusão pública brasileira e inglesa.

## Referências

BOJUNGA, Claudio. **Roquette-Pinto — o corpo a corpo com o Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.



BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História social da Mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2016.

BRITISH Broadcasting Company <[http://www.bbc.co.uk/historyofthebbc/resources/in-depth/reith\\_1.shtml](http://www.bbc.co.uk/historyofthebbc/resources/in-depth/reith_1.shtml)> Acesso em: 5 out. 2012.

BUCCI, E. **Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito a informação no primeiro governo Lula**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A Programação de rádios públicas brasileiras**. Florianópolis: Insular, 2012